



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2021

Processo Administrativo nº 022/2021- Sabs Eletrônica nº 016/2021

Torna-se público, que o **Conselho Regional de Medicina do Paraná**, entidade de fiscalização da profissão médica, instituída pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, com sede na Rua Victório Viezzer, 84, CEP 80.810-340, Curitiba-PR, por intermédio de seu representante legal, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Roberto Issamu Yosida, médico regularmente inscrito no CRM-PR sob nº 10.063, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **com critério de julgamento menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 13/05/2021

Horário: 14h (horário de Brasília)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG: 389174

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva e seus periféricos, dos equipamentos de ar condicionado do Conselho Regional de Medicina do Paraná – CRM-PR, englobando sua Sede, localizada em Curitiba/PR e as Representações Regionais localizadas nas cidades de Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, Guarapuava/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Pato Branco/PR, Ponta Grossa/PR e Umuarama/PR, devendo ser atendidas as determinações emanadas pelas seguintes normativas: Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde; Resolução nº 176/2000 da ANVISA, revisada pela Resolução nº 09/2003 ANVISA; NBR nº 13.971 – Sistema de Refrigeração, condicionado de ar e ventilação – Manutenção Programada; NBR nº 14.679 – Sistema de Refrigeração, condicionado de ar e ventilação – Execução



de Serviços de Higienização; NBR nº 15.960 – Procedimentos de Recolhimento, Reciclagem e Regeneração de Fluídos Refrigerantes.

1.2 A licitação será dividida em 09 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

3.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

3.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos,

3.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



3.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



4.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total anual do item;

5.1.2. **A proposta deve ser apresentada com, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula (exemplo: R\$ 11,12).**

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

5.5.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total anual do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).**
- 6.9. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 6.10. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**
- 6.11. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**
- 6.12. **Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.**
- 6.13. **Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.**
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 6.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 6.26.1. prestados por empresas brasileiras;
 - 6.26.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.26.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



6.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.2.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

7.2.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas), horas sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

7.6. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

7.7. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

7.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 7.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita

CRM-PR | Pregão Eletrônico nº 005/2021



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7. Ressalvado o disposto no item 4.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

8.8. Habilitação jurídica:

8.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 8.8.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.8.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 8.8.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 8.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal;
- 8.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.10 Qualificação Técnica:**
- 8.10.1 Para atendimento à qualificação técnico operacional, além da prova de inscrição ou registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto, apresentar um ou mais atestados da região onde os serviços foram executados que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, estadual, municipal, federal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresas privadas, serviços relativos a:**
- 8.10.1.1 manutenção em aparelhos de ar condicionado, modelos split e dutados.**



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

8.10.2 Para atendimento à qualificação técnico profissional, comprovação da licitante de possuir, em seu corpo técnico, engenheiro responsável, inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, que comprove(m) ter o profissional executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda para empresa privada que não a própria licitante, serviços relativos a:

8.10.2.1 manutenção em aparelhos de ar condicionado, modelos split e dutados.

8.10.3 A comprovação de vínculo profissional será feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura, com anuência do profissional.

8.10.4 Apresentar declaração indicando os nomes, CPFs e número dos registros no CREA dos responsáveis técnicos que acompanharão a execução dos serviços. O profissional que apresentar a ART para comprovação da qualificação técnica deverá obrigatoriamente ser o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços de que tratam o objeto dessa contratação. Caso a contratada venha a alterar o responsável técnico posteriormente, deverá comprovar que o novo responsável possui a qualificação exigida no edital.

8.10.5 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do órgão da Administração Pública ou empresa emitente, a identificação do contrato extinto ou vigente de prestação de serviços e a discriminação dos objetos entregues e serviços executados;

8.10.6 Serão aceitos atestados fornecidos em nome da empresa matriz ou da(s) eventual(is) empresa(s) filial(is);

8.10.7 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.11 As declarações de vistoria ou não, devem ser emitidas de acordo com o modelo do Anexo II, conforme o caso.



8.12. Qualificação Econômico-Financeira:

8.12.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.12.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.12.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.12.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.12.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.12.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

8.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 8.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 8.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 9.1.2. apresentar a proposta comercial, devidamente ajustada ao lance vencedor;
 - 9.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



10. DOS RECURSOS

- 10.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no **mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

- 13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 13.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração
- 13.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 13.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
- 13.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 13.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
- 13.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
- 13.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 13.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.



13.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

13.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

14.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

14.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

14.1.3. apresentar documentação falsa;

14.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

14.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.6. não mantiver a proposta;

14.1.7. cometer fraude fiscal;

14.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

14.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 14.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 14.3.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 14.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 14.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Edital.
 - 14.3.4.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 14.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 14.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 14.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 14.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 14.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital
- 15.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@crmpr.org.br**, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Victório Viezzer,84, Vista Alegre, CEP: 80.810-340, Curitiba-PR.
- 15.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 15.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 15.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

- 15.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 15.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 15.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 15.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 16.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 16.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 16.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.crmpr.org.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, Curitiba-PR, CEP 80.810-340, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.12.1. Termo de Referência;
 - 16.12.2. ANEXO I – Modelo de documento para indicação do preposto da contratada;
 - 16.12.3. ANEXO II – Modelo de Declaração de visita ao local do serviço ou Declaração de Não Vistoria;
 - 16.12.4. ANEXO III – Termo de Confiabilidade;
 - 16.12.5. ANEXO IV - Modelo de Elaboração da Proposta de Preços;
 - 16.12.6. ANEXO V - Minuta do Contrato.

Curitiba, 20 de abril de 2021.

Dr. ROBERTO ISSAMU YOSIDA

Presidente do CRM-PR



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

ANEXO IV- MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

1 - DA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Razão social: _____

CNPJ: _____ telefone: (____) _____

Endereço: _____ CEP: _____ Cidade/UF: _____

Pessoa de contato: Nome: _____ Cargo: _____ Telefone: (____) _____ e-mail: _____

Dados bancários para pagamento: Banco: _____ Agência: _____ Operação: _____ Conta: _____

Representante Legal que assinará o Contrato: Nome: _____ RG: _____ CPF: _____

2- DOS PREÇOS

ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA SEDE DO CRM-PR, EM CURITIBA, ENDEREÇO: RUA VICTORIO VIEZZER, 84, VISTA ALEGRE, CURITIBA, PR, CEP: 80810-340.							
	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM LINEAR DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
01	1.1) Setor de Manutenção	3º andar	SPLIT	RB1HW12HP2BE	RHEEM	9.000	-	
	1.2) Setor de Almoarifado		SPLIT	RB1HW12HP2BE	RHEEM	9.000	-	
	1.3) Antigo refeitório	2º andar	SPLIT BUILT IN	42LNA60226365	SPRINGER	60.000	2,5m	
	1.4) Refeitório		SPLIT BUILT IN	42LNA60226365	SPRINGER	60.000	2,5m	
	1.5) Plenária		SPLIT BUILT IN	38YCC060	SPRINGER	60.000	10m	
	1.6) Plenária		SPLIT BUILT IN	38YCC060	SPRINGER	60.000	10m	
	1.7) Sala técnica Plenária		SPLIT	HVQI09B2IA/HVQE09B2IA	ELGIN	9.000	-	
	1.8) Departamento de Recursos Humanos	1º andar	SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-	
	1.9) Corredor entrada Departamento de Recursos Humanos		SPLIT BUILT IN	42RNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	2m	
	1.10) Câmara Técnica		SPLIT	GSW30-22R/A	GREE	30.000	-	
	1.11) Departamento Financeiro		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-	
	1.12) Corredor entrada Departamento Financeiro		SPLIT BUILT IN	42RNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	2m	
	1.13) Central Telefônica		SPLIT	42MBQA12MS	SPRINGER	12.000	-	
	1.14) Departamento de Tecnologia da Informação		SPLIT	ICS9QFR4-02	AGRATTO	9.000	-	
	1.15) Departamento de Tecnologia da Informação		SPLIT	42LVQC18C5	CARRIER	18.000	-	
	1.16) Departamento de Tecnologia da Informação - servidor		SPLIT	42FVCA22C5	SPRINGER	22.000 FRIO	-	



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

01	1.17) Departamento de Tecnologia da Informação - servidor	1º andar	SPLIT	ICS12FR4-02	AGRATTO	12.000 FRIO	-			
	1.18) Departamento de Comunicação		SPLIT	42LUQC12C5	SPRINGER	12.000	-			
	1.19) Corredor, próximo à escada		SPLIT BUILT IN	42LN730226QLSB	SPRINGER	30.000	7m			
	1.20) Departamento Administrativo		SPLIT	42MBQA12MS	SPRINGER MIDEA	12.000	-			
	1.21) Departamento Comercial		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-			
	1.22) Departamento Comercial		BISPLIT	MTQI09B2FA	ELGIN	9.000	-			
	1.23) Vice Presidência		BISPLIT	MTQI09B2FA	ELGIN	9.000	7m			
	1.24) Corredor Diretoria		SPLIT BUILT IN	42LNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	7m			
	1.25) Diretoria		SPLIT BUILT IN	42LNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	-			
	1.26) Sala Reunião Diretoria		SPLIT	ICS18QFR4-02	AGRATTO	18.000	-			
	1.27) Sala Presidência		SPLIT	42MBQA12MS	SPRINGER	12.000	-			
	1.28) Sala Secretário Geral		SPLIT	HVQI09B2IA/HVQE09B2IA	ELGIN	9.000	-			
	1.29) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional		Térreo	JANELEIRO	YQH185	SPRINGER	18.000	-		
	1.30) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional			JANELEIRO	YQH185	SPRINGER	18.000	-		
	1.31) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional	JANELEIRO		YQH185	SPRINGER	18.000	-			
	1.32) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional	JANELEIRO		MQA105B	SPRINGER	10.000	-			
	1.33) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional	SPLIT		42DQD24226	SPRINGER	24.000	-			
	1.34) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional	SPLIT		42DXD12226	SPRINGER	12.000	-			
	1.35) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional - arquivo	SPLIT		42DQD18226	SPRINGER	18.000	-			
	1.36) Sala fotografia/balcão de atendimento	SPLIT BUILT IN		42LSA30226QLSB	SPRINGER	30.000	3m			
	1.37) Protocolo	SPLIT		42MBQA12MS	SPRINGER MIDEA	12.000	-			
	1.38) Corredor hall de atendimento	SPLIT BUILT IN		42NA30226QLSB	SPRINGER	30.000	4m			



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

01	1.39) Corredor, próximo elevador	Térreo	SPLIT BUILT IN	42NA30226QLSB	SPRINGER	30.000	4m		
	1.40) Corredor em frente ao Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT BUILT IN	42NA30226QLSB	SPRINGER	30.000	4m		
	1.41) Departamento de Fiscalização		SPLIT BUILT IN	42LSA30226	SPRINGER	30.000	4m		
	1.42) Departamento de Fiscalização		CASSETE	KEQI18B2NC/OUQE18B2CB	ELGIN	18.000	-		
	1.43) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-		
	1.44) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-		
	1.45) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	42DQD12226	SPRINGER	12.000	-		
	1.46) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	HVQI12B2IA/HVQE12B2IA	ELGIN	12.000	-		
	1.47) Corredor Departamento Jurídico		SPLIT BUILT IN	42LNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	3m		
	1.48) Departamento Jurídico		SPLIT PISO TETO	42LSA30226	SPRINGER	30.000	-		
	1.49) Departamento Jurídico		SPLIT	ICS9QFR4-02	AGRATTO	9.000	-		
	1.50) Sala de Audiências I		SPLIT	HVQI12B2IA/HVQE12B2IA	ELGIN	12.000	-		
	1.51) Sala de Audiências II		SPLIT	ICS12QFR4-02	AGRATTO	12.000	-		
	1.52) Sala do Corredor		SPLIT BUILT IN	HVQI12B2IA/HVQE12B2IA	ELGIN	12.000	3m		
	1.53) Hall auditório	Piso S1	SPLIT PISO TETO	42LSA48226	SPRINGER	48.000	-		
	1.54) Biblioteca		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
	1.55) Biblioteca		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
	1.56) Hall Espaço Cultural/Biblioteca		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
	1.57) Hall Espaço Cultural/Biblioteca		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
	1.58) Espaço Cultural		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
1.59) Departamento de Eventos	SPLIT		ICS18QFR4-02	AGRATTO	18.000	-			
1.60) Departamento de Eventos – sala sacada	SPLIT		ICS18QFR4-02	AGRATTO	18.000	-			
1.61) Auditório	ROOFTOP		38RBA300L	SPRINGER	300.000	25m			
1.62) Setor de Arquivo Inativo	Piso S2	SPLIT	38CQL048535MC	CARRIER	48.000	-			



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

01	1.63) Depósito		SPLIT	AOBR12LCG	FUGITSU	12.000	-		
	VALOR TOTAL ITEM 01								
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM CASCATEL . ENDEREÇO: RUA JEQUETIBÁ 559, RECANTO TROPICAL, CEP 85807-250. (OBS. O PRÉDIO DO CRM-PR (VERDE, REDONDO) FICA NA ESQUINA COM A AV. GUAÍRA E A ENTRADA E ESTACIONAMENTO SÃO PELA AV. GUAÍRA).								
02	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	2.1) Sala	térreo	SPLIT	KOS12QC-G2A	KOMEKO	12.000	-		
	2.2) Auditório		ROOFTOP	38RBA300L	SPRINGER	300.000	30m		
	VALOR TOTAL ITEM 02								
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM FOZ DO IGUAÇU . ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE BARROSO, 1293, SALA 604, CENTRO. CEP 85851-010								
03	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	3.1) Sala de reunião	6º andar	JANELEIRO	CC112E	CONSUL	12.000	-		
	3.2) Sala de reunião		JANELEIRO	CC112E	CONSUL	12.000	-		
	3.3) Sala		JANELEIRO	S/M	SPRINGER MONDIAL	12.500	-		
	3.4) Recepção		SPLIT	42AFCE18X5	SPRINGER MAXIFLEX	18.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 03									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM GUARAPUAVA . ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1811, SALA 82, CENTRO, CEP 85010-250.								
04	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	4.1) Sala	8º andar	JANELEIRO	HH45MBAR1	CONSUL	12.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 04									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM LONDRINA . ENDEREÇO: RUA ANTONIO AMADO NOIVO, 430, JARDIM LAGO PARQUE, CEP 86010-640.								
05	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	5.1) Recepção 1	térreo	SPLIT	MS1-18BR	MIDEA	18.000	-		
	5.2) Recepção 2		SPLIT	MSE1- 18BR	MIDEA	18.000	-		
	5.3) Recepção 3		SPLIT	MSE1-09HR	MIDEA	9.000	-		
	5.4) Sala de audiência I		SPLIT	MSE1-12HR	MIDEA	12.000	-		



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

	5.5) Sala de audiência II		SPLIT	MSE1-12HR	MIDEA	12.000	-		
	5.6) Tecnologia da Informação		SPLIT	MSE1-12HR	MIDEA	12.000	-		
	5.7) Sala de reunião		CASSETE	MSE1 -24HR	MIDEA	24.000	-		
	5.8) Recepção	1º andar	SPLIT	MSE1-09HR	MIDEA	9.000	-		
	5.9) Biblioteca		SPLIT	MSE1-30HE	MIDEA	30.000	-		
	5.10) Sala de máquinas		SPLIT	MSE1-07HR	MIDEA	7.000	-		
	5.11) Auditório		CASSETE	40KWQA036515LC + 38CQD036515MC	MIDEA	36.000	-		
	5.12) Auditório		CASSETE	40KWQA036515LC + 38CQD036515MC	MIDEA	36.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 05									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM MARINGÁ. ENDEREÇO: RUA DAS AZALÉIAS, 209, ZONA 5, CEP 87060-040.								
	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
06	6.1) Recepção	térreo	SPLIT	42LUQA022515LC	CARRIER	22.000	-		
	6.2) Diretoria		SPLIT	KFR-25GW	AUSTIN	9.000	-		
	6.3) Sala de Reuniões		SPLIT PISO TETO	42LSA30226QWB	CARRIER	30.000	-		
	6.4) Auditório		MULTI SPLIT DUTADO	38SME180	CARRIER	180.000	30m		
	6.5) Hall de entrada		MULTI SPLIT DUTADO	40MSD060236V	CARRIER	40.000	10m		
VALOR TOTAL ITEM 06									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM PATO BRANCO. ENDEREÇO: RUA IBIPORÁ, 333, SALA 401, 4º ANDAR, CEP 85501-056.								
	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
07	7.1) Sala	4º andar	SPLIT	CBU12BBBNA	CONSUL	12.000	-		
	7.2) Sala de reunião		SPLIT	CBU12BBBNA	CONSUL	12.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 07									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM PONTA GROSSA. ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO, 512, SALA 73, 7º ANDAR. CEP 84010-020.								
	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
08	8.1) Sala	7º andar	SPLIT	42RNQA22S5	SPRINGER	22.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 08									



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM UMUARAMA . ENDEREÇO: PRAÇA DA BÍBLIA, 3336, SALA 302, ZONA 1, CEP 87501-055.								
	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
09	9.1) Sala	3º andar	JANELEIRO	CCS10EB	CONSUL	10.000	-		
	9.2) Sala de reunião		JANELEIRO	CCS12EB	CONSUL	12.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 09									

Valor Total: R\$ _____ (valor por extenso)

_____ (Localidade) _____, ____ de _____ de 2021.

(Representante Legal)



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº/ 2021, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ E A EMPRESA

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ**, Entidade de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, com sede na Rua Victório Viezzer, 84, CEP 80.810-340 – Curitiba-PR, CNPJ sob o nº 75.060.129/0001-94, por intermédio de seu representante legal, neste ato representado pelo seu Presidente Dr. **ROBERTO ISSAMU YOSIDA**, médico regularmente inscrito no CRM-PR sob nº 10.063, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no **Processo nº 022/2021** e em observância às disposições da **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão, decorrente do Pregão Eletrônico nº **005/2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva e seus periféricos, dos equipamentos de ar condicionado do Conselho Regional de Medicina do Paraná – CRM-PR, englobando sua Sede, localizada em Curitiba/PR e as Representações Regionais localizadas nas cidades de Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, Guarapuava/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Pato Branco/PR, Ponta Grossa/PR e Umuarama/PR, devendo ser atendidas as determinações emanadas pelas seguintes normativas: Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde; Resolução nº 176/2000 da ANVISA, revisada pela Resolução nº 09/2003 ANVISA; NBR nº 13.971 – Sistema de Refrigeração, condicionado de ar e ventilação – Manutenção Programada; NBR nº 14.679 – Sistema de Refrigeração, condicionado de ar e ventilação – Execução de Serviços de Higienização; NBR nº 15.960 – Procedimentos de Recolhimento, Reciclagem e Regeneração de Fluidos Refrigerantes.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independente de transcrição.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

LOCALIDADE	INFORMAÇÕES
CURITIBA - PR	<p><u>Funcionários:</u> Sergio Luiz Golombe e Rafael Iachulsi Ferreira Pontes <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 08h00 às 18h00. <u>Endereço:</u> Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, Curitiba, PR. <u>Telefones:</u> (41) 3240-4025/4097 <u>E-mail:</u> setman@crmpr.org.br</p>
CASCADEL - PR	<p><u>Funcionária:</u> Maria Célia Pereira Batista. <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 12h00 às 18h15. <u>Endereço:</u> Rua Jequetibá 559, Recanto Tropical, CEP 85807-250. (Obs. O prédio do CRM-PR (verde, redondo) fica na esquina com a Av. Guaíra e a entrada e estacionamento são pela Av. Guaíra). <u>Telefone:</u> (45) 3039-2368. <u>E-mail:</u> cascavel@crmpr.org.br</p>
FOZ DO IGUAÇU - PR	<p><u>Funcionária:</u> Oliva Aparecida Prohmann de Lima. <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 12h00 às 18h15. <u>Endereço:</u> Rua Almirante Barroso, 1293, sala 604, Centro, CEP 85851-010. <u>Telefone:</u> (45) 3572-4770. <u>E-mail:</u> fozdoiguacu@crmpr.org.br</p>
GUARAPUAVA - PR	<p><u>Funcionária:</u> Arlete Maria Justino <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 12h00 às 18h15. <u>Endereço:</u> Rua Marechal Floriano Peixoto, 1811, sala 82, Centro, CEP 85010-250. <u>Telefone:</u> (42) 3623-7699. <u>E-mail:</u> guarapuava@crmpr.org.br</p>
LONDRINA - PR	<p><u>Funcionários:</u> Jéssica Cláudia da Silva Chaves e Pedro Vieira Bordin. <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 08h00 às 17h00. <u>Endereço:</u> Rua Antonio Amado Noivo, 430, Jardim Lago Parque, CEP 86010-640. <u>Telefone:</u> (43) 3321-4961. <u>E-mail:</u> londrina@crmpr.org.br</p>
MARINGÁ - PR	<p><u>Funcionários:</u> Adriana Alves Calderani e João Vitor Ramos da Silva. <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 09h00 às 18h00. <u>Endereço:</u> Rua das Azaléias, 209, Zona 5, CEP 87060-040. <u>Telefone:</u> (44) 3224-4329. <u>E-mail:</u> maringa@crmpr.org.br</p>
PATO BRANCO - PR	<p><u>Funcionária:</u> Terezinha Maria Sbaraini Zamodzki. <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 12h45 às 19h00. <u>Endereço:</u> Rua Ibiporã, 333, sala 401, 4º andar, CEP 85501-056. <u>Telefone:</u> (46) 3225-4352. <u>E-mail:</u> patobranco@crmpr.org.br</p>
PONTA GROSSA - PR	<p><u>Funcionária:</u> Carliane Vargas Pereira. <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 12h00 às 18h15. <u>Endereço:</u> Rua XV de Novembro, 512, sala 73, 7º andar, CEP 84010-020. <u>Telefone:</u> (42) 3224-5292. <u>E-mail:</u> pontagrossa@crmpr.org.br</p>
UMUARAMA -PR	<p><u>Funcionária:</u> Denise Mesquita Rocha França <u>Horário de atendimento:</u> segunda a sexta, das 11h45 às 18h00. <u>Endereço:</u> Praça da Bíblia, 3336, sala 302, Zona 1, CEP 87501-055.</p>



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

Telefone: (44) 3622-1160.
E-mail: umuarama@crmpr.org.br

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

3.1. As obrigações do CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria. Rubrica nº 6.2.2.1.1.33.90.39.012 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA, DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1. O contrato terá vigência de **12 meses, de 01/07/2021 a 30/06/2022**, prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.2. O valor total do presente Termo de Contrato é de **R\$** (.....).

5.3. Todos os aparelhos são quente/frio, com exceção daqueles localizados na sala do servidor do Departamento de Tecnologia da Informação (itens 1.16 e 1.17 da tabela) da sede do CRM-PR, Curitiba/PR.

5.4. A metragem linear aproximada dos dutos dos aparelhos dutados estão descritos na coluna respectiva.

ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA SEDE DO CRM-PR, EM CURITIBA, ENDEREÇO: RUA VICTORIO VIEZZER, 84, VISTA ALEGRE, CURITIBA, PR, CEP: 80810-340.								
	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM LINEAR DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
01	1.1) Setor de Manutenção	3º andar	SPLIT	RB1HW12HP2BE	RHEEM	9.000	-		
	1.2) Setor de Almojarifado		SPLIT	RB1HW12HP2BE	RHEEM	9.000	-		
	1.3) Antigo refeitório	2º andar	SPLIT BUILT IN	42LNA60226365	SPRINGER	60.000	2,5m		
	1.4) Refeitório		SPLIT BUILT IN	42LNA60226365	SPRINGER	60.000	2,5m		
	1.5) Plenária		SPLIT BUILT IN	38YCC060	SPRINGER	60.000	10m		
	1.6) Plenária		SPLIT BUILT IN	38YCC060	SPRINGER	60.000	10m		
	1.7) Sala técnica Plenária		SPLIT	HVQI09B2IA/HVQE09B2IA	ELGIN	9.000	-		
	1.8) Departamento de Recursos Humanos	1º andar	SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-		
	1.9) Corredor entrada Departamento de Recursos Humanos		SPLIT BUILT IN	42RNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	2m		
	1.10) Câmara Técnica		SPLIT	GSW30-22R/A	GREE	30.000	-		



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

01	1.11) Departamento Financeiro	1º andar	SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-		
	1.12) Corredor entrada Departamento Financeiro		SPLIT BUILT IN	42RNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	2m		
	1.13) Central Telefônica		SPLIT	42MBQA12MS	SPRINGER	12.000	-		
	1.14) Departamento de Tecnologia da Informação		SPLIT	ICS9QFR4-02	AGRATTO	9.000	-		
	1.15) Departamento de Tecnologia da Informação		SPLIT	42LVQC18C5	CARRIER	18.000	-		
	1.16) Departamento de Tecnologia da Informação - servidor		SPLIT	42FVCA22C5	SPRINGER	22.000 FRIO	-		
	1.17) Departamento de Tecnologia da Informação - servidor		SPLIT	ICS12FR4-02	AGRATTO	12.000 FRIO	-		
	1.18) Departamento de Comunicação		SPLIT	42LUQC12C5	SPRINGER	12.000	-		
	1.19) Corredor, próximo à escada		SPLIT BUILT IN	42LN730226QLSB	SPRINGER	30.000	7m		
	1.20) Departamento Administrativo		SPLIT	42MBQA12MS	SPRINGER MIDEA	12.000	-		
	1.21) Departamento Comercial		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-		
	1.22) Departamento Comercial		BISPLIT	MTQI09B2FA	ELGIN	9.000	-		
	1.23) Vice Presidência		BISPLIT	MTQI09B2FA	ELGIN	9.000	7m		
	1.24) Corredor Diretoria		SPLIT BUILT IN	42LNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	7m		
	1.25) Diretoria		SPLIT BUILT IN	42LNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	-		
	1.26) Sala Reunião Diretoria	SPLIT	ICS18QFR4-02	AGRATTO	18.000	-			
	1.27) Sala Presidência	SPLIT	42MBQA12MS	SPRINGER	12.000	-			
	1.28) Sala Secretário Geral	SPLIT	HVQI09B2IA/HVQE09B2IA	ELGIN	9.000	-			
	1.29) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional	Térreo	JANELEIRO	YQH185	SPRINGER	18.000	-		
	1.30) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional		JANELEIRO	YQH185	SPRINGER	18.000	-		
	1.31) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional		JANELEIRO	YQH185	SPRINGER	18.000	-		
	1.32) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional		JANELEIRO	MQA105B	SPRINGER	10.000	-		
	1.33) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-		
	1.34) Departamento de Inscrição e		SPLIT	42DXD12226	SPRINGER	12.000	-		



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

	Qualificação Profissional										
	1.35) Departamento de Inscrição e Qualificação Profissional - arquivo		SPLIT	42DQD18226	SPRINGER	18.000	-				
	1.36) Sala fotografia/balcão de atendimento		SPLIT BUILT IN	42LSA30226QLSB	SPRINGER	30.000	3m				
	1.37) Protocolo		SPLIT	42MBQA12MS	SPRINGER MIDEA	12.000	-				
	1.38) Corredor hall de atendimento		SPLIT BUILT IN	42NA30226QLSB	SPRINGER	30.000	4m				
01	1.39) Corredor, próximo elevador	Térreo	SPLIT BUILT IN	42NA30226QLSB	SPRINGER	30.000	4m				
	1.40) Corredor em frente ao Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT BUILT IN	42NA30226QLSB	SPRINGER	30.000	4m				
	1.41) Departamento de Fiscalização		SPLIT BUILT IN	42LSA30226	SPRINGER	30.000	4m				
	1.42) Departamento de Fiscalização		CASSETE	KEQI18B2NC/OUQE18B2CB	ELGIN	18.000	-				
	1.43) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-				
	1.44) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	42DQD24226	SPRINGER	24.000	-				
	1.45) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	42DQD12226	SPRINGER	12.000	-				
	1.46) Departamento de Processos e Sindicâncias		SPLIT	HVQI12B2IA/HVQE12B2IA	ELGIN	12.000	-				
	1.47) Corredor Departamento Jurídico		SPLIT BUILT IN	42LNA30226QLSB	SPRINGER	30.000	3m				
	1.48) Departamento Jurídico		SPLIT PISO TETO	42LSA30226	SPRINGER	30.000	-				
	1.49) Departamento Jurídico		SPLIT	ICS9QFR4-02	AGRATTO	9.000	-				
	1.50) Sala de Audiências I		SPLIT	HVQI12B2IA/HVQE12B2IA	ELGIN	12.000	-				
	1.51) Sala de Audiências II		SPLIT	ICS12QFR4-02	AGRATTO	12.000	-				
	1.52) Sala do Corredor		SPLIT BUILT IN	HVQI12B2IA/HVQE12B2IA	ELGIN	12.000	3m				
			1.53) Hall auditório	Piso S1	SPLIT PISO TETO	42LSA48226	SPRINGER	48.000	-		
			1.54) Biblioteca		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
			1.55) Biblioteca		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
			1.56) Hall Espaço Cultural/Biblioteca		SPLIT PISO TETO	42LSC30226	SPRINGER	30.000	-		
	1.57) Hall Espaço Cultural/Biblioteca	SPLIT PISO TETO	42LSC30226		SPRINGER	30.000	-				
	1.58) Espaço Cultural	SPLIT PISO TETO	42LSC30226		SPRINGER	30.000	-				



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

01	1.59) Departamento de Eventos		SPLIT	ICS18QFR4-02	AGRATTO	18.000	-		
	1.60) Departamento de Eventos – sala sacada		SPLIT	ICS18QFR4-02	AGRATTO	18.000	-		
	1.61) Auditório		ROOFTOP	38RBA300L	SPRINGER	300.000	25m		
	1.62) Setor de Arquivo Inativo	Piso S2	SPLIT	38CQL048535MC	CARRIER	48.000	-		
	1.63) Depósito		SPLIT	AOBR12LCG	FUGITSU	12.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 01									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM CASCABEL. ENDEREÇO: RUA JEQUETIBA 559, RECANTO TROPICAL, CEP 85807-250. (OBS. O PRÉDIO DO CRM-PR (VERDE, REDONDO) FICA NA ESQUINA COM A AV. GUAÍRA E A ENTRADA E ESTACIONAMENTO SÃO PELA AV. GUAÍRA).								
02	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	2.1) Sala	térreo	SPLIT	KOS12QC-G2A	KOMEKO	12.000	-		
	2.2) Auditório		ROOFTOP	38RBA300L	SPRINGER	300.000	30m		
VALOR TOTAL ITEM 02									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM FOZ DO IGUAÇU. ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE BARROSO, 1293, SALA 604, CENTRO. CEP 85851-010								
03	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	3.1) Sala de reunião	6º andar	JANELEIRO	CCI12E	CONSUL	12.000	-		
	3.2) Sala de reunião		JANELEIRO	CCI12E	CONSUL	12.000	-		
	3.3) Sala		JANELEIRO	S/M	SPRINGER MONDIAL	12.500	-		
	3.4) Recepção		SPLIT	42AFCE18X5	SPRINGER MAXIFLEX	18.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 03									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM GUARAPUAVA. ENDEREÇO: RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1811, SALA 82, CENTRO, CEP 85010-250.								
04	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	4.1) Sala	8º andar	JANELEIRO	HH45MBAR1	CONSUL	12.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 04									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM LONDRINA. ENDEREÇO: RUA ANTONIO AMADO NOIVO, 430, JARDIM LAGO PARQUE, CEP 86010-640.								
05	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

	5.1) Recepção 1	térreo	SPLIT	MS1-18BR	MIDEA	18.000	-		
	5.2) Recepção 2		SPLIT	MSE1- 18BR	MIDEA	18.000	-		
	5.3) Recepção 3		SPLIT	MSE1-09HR	MIDEA	9.000	-		
	5.4) Sala de audiência I		SPLIT	MSE1-12HR	MIDEA	12.000	-		
	5.5) Sala de audiência II		SPLIT	MSE1-12HR	MIDEA	12.000	-		
	5.6) Tecnologia da Informação		SPLIT	MSE1-12HR	MIDEA	12.000	-		
	5.7) Sala de reunião		CASSETE	MSE1 -24HR	MIDEA	24.000	-		
	5.8) Recepção	1º andar	SPLIT	MSE1-09HR	MIDEA	9.000	-		
	5.9) Biblioteca		SPLIT	MSE1-30HE	MIDEA	30.000	-		
	5.10) Sala de máquinas		SPLIT	MSE1-07HR	MIDEA	7.000	-		
	5.11) Auditório		CASSETE	40KWQA036515LC + 38CQD036515MC	MIDEA	36.000	-		
	5.12) Auditório		CASSETE	40KWQA036515LC + 38CQD036515MC	MIDEA	36.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 05									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM MARINGÁ. ENDEREÇO: RUA DAS AZALÉIAS, 209, ZONA 5, CEP 87060-040.								
06	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	6.1) Recepção	térreo	SPLIT	42LUQA022515LC	CARRIER	22.000	-		
	6.2) Diretoria		SPLIT	KFR-25GW	AUSTIN	9.000	-		
	6.3) Sala de Reuniões		SPLIT PISO TETO	42LSA30226QWB	CARRIER	30.000	-		
	6.4) Auditório		MULTI SPLIT DUTADO	38SME180	CARRIER	180.000	30m		
	6.5) Hall de entrada		MULTI SPLIT DUTADO	40MSD060236V	CARRIER	40.000	10m		
VALOR TOTAL ITEM 06									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM PATO BRANCO. ENDEREÇO: RUA IBIPORÁ, 333, SALA 401, 4º ANDAR, CEP 85501-056.								
07	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	7.1) Sala	4º andar	SPLIT	CBU12BBBNA	CONSUL	12.000	-		
	7.2) Sala de reunião		SPLIT	CBU12BBBNA	CONSUL	12.000	-		
VALOR TOTAL ITEM 07									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM PONTA GROSSA. ENDEREÇO: RUA XV DE NOVEMBRO, 512, SALA 73, 7º ANDAR. CEP 84010-020.								



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

08	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	8.1) Sala	7º andar							
VALOR TOTAL ITEM 08									
ITEM	APARELHOS INSTALADOS NA REPRESENTAÇÃO DO CRM-PR, EM UMJARAMA . ENDEREÇO: PRAÇA DA BÍBLIA, 3336, SALA 302, ZONA 1, CEP 87501-055.								
09	LOCALIZAÇÃO		DESCRIÇÃO	MODELO	MARCA	BTUs	METRAGEM DUTOS (APROX.)	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
	9.1) Sala	3º andar							
9.2) Sala de reunião	JANELEIRO		CCS10EB	CONSUL	10.000	-			
		JANELEIRO	CCS12EB	CONSUL	12.000	-			
VALOR TOTAL ITEM 09									

5.5. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.6. **O pagamento será realizado mensalmente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

5.7. As notas fiscais deverão ser enviadas ao Setor de Contratos do CRM-PR (contratos@crmpr.org.br) e ainda deverão vir acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa ou positiva com efeito de negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade perante ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.

5.8. Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal.

5.9. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao CONTRATANTE.

5.10. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.



5.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

6.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS INFORMAÇÕES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS

7.1 Acerca dos procedimentos e informações do uso das dependências do CRM-PR: os funcionários da Contratada deverão utilizar somente o espaço onde o serviço solicitado foi autorizado. É vedada a utilização de outros espaços do CRM-PR, para armazenamento de materiais e permanência de funcionários, inclusive nos períodos de descanso.

7.2 O(s) supervisor(es) deverão inspecionar, obrigatoriamente, os locais para a verificação se os serviços estão sendo executados conforme solicitados no Termo de Referência, devendo prestar informações formais à gestora e fiscais do contratos sempre quando for necessário.

7.3 Serviços de manutenção preventiva devem ocorrer mensalmente em todos os equipamentos instalados, devendo ser previamente agendados com os fiscais de cada localidade, devendo ser emitida ordem de serviço respectiva. Serviços necessários, sendo o rol exemplificativo:

- a) Limpeza e reaperto de terminais de disjuntores nos quadros elétricos dos equipamentos de ar condicionado;
- b) Limpeza interna e externa do condicionador;
- c) Limpeza do sistema de drenagem da bandeja;
- d) Verificar estado de limpeza dos filtros de ar providenciando limpeza;
- e) Verificar fechos das tampas e painéis;
- f) Verificar e corrigir ruídos anormais;
- g) Verificar a carga de gás refrigerante e contaminação do sistema através do visor de líquido e indicador de umidade;
- h) Verificar o funcionamento da resistência elétrica de aquecimento do cárter;
- i) Verificar o funcionamento da resistência elétrica solicitada pelo motor ventilador;
- j) Medir e registrar a tensão elétrica de alimentação;
- k) Medir e registrar a corrente elétrica solicitada pelo compressor;



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- l) Conferir a regulagem do termostato de controle da temperatura ambiente;
- m) Verificar a operação da válvula de expansão;
- n) Verificar os terminais e contatos elétricos, limpando-os;
- o) Verificar temperatura de retorno;
- p) Verificar temperatura de insuflamento;
- q) Verificar temperatura na máquina;
- r) Verificar a fixação e alinhamento das polias do motor e ventilador;
- s) Verificar o aquecimento do motor;
- t) Limpeza da serpentina do condensador e evaporador;
- u) Apertar parafusos dos mancais e suportes;
- v) Ajustar os dispositivos de segurança e controle, tais como: relês térmicos, pressostato de alta, baixa e óleo, flow switch;
- w) Abertura das tampas do condensador para limpeza mecânica (se necessário);
- x) Eliminar focos de oxidação;
- y) Limpeza de drenos;
- z) Verificar o circuito frigorígeno com detetor de vazamento;

- aa) Medir e registrar temperatura de insuflamento, retorno, ambiente e ar existente;

- bb) Verificar e limpar a serpentina do evaporador;

- cc) Verificar e limpar o rotor do ventilador;

- dd) Lubrificar os mancais do ventilador (quando não forem de lubrificação permanente), bem como os demais pontos do equipamento;

- ee) Medir e registrar a pressão do trabalho do compressor;

- ff) Testes gerais de funcionamento para refrigeração e aquecimento de acordo com as especificações das máquinas;

- gg) Fornecimento de gás refrigerante R22 ou outro conforme o ano de fabricação do equipamento, quando necessário.**

7.4 Serviços de manutenção preventiva acerca da limpeza dos dutos devem ocorrer anualmente em todos os equipamentos instalados, devendo ser previamente agendados com os fiscais de cada localidade, devendo ser emitida ordem de serviço respectiva. Limpeza e higienização devem ser realizadas de forma robotizada com escovação mecânica.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

7.5 Serviços de manutenção corretiva somente devem ser executados somente com a autorização do fiscal respectivo e/ou gestor do contrato, devendo ser previamente agendados com os fiscais de cada localidade, devendo ser emitida ordem de serviço respectiva.

7.6 Caso seja detectada a necessidade de conserto ou substituição de peças/equipamentos, a Contratada deverá informar as especificações na ordem de serviço ou documento similar;

a) caberá ao CRM-PR fazer a aquisição das peças e equipamentos necessários. Caberá à empresa proceder a troca e instalação, em até 48hrs após a solicitação do gestor ou fiscal(is) do contrato, sem que haja custo adicional à contratante, devendo entregar a(s) ordem(ns) de serviço ou documento(s) similar(es). Em caso de urgência, o prazo informado pode ser alterado visando evitar que o sistema fique sem funcionar;

b) A empresa sempre deve realizar os testes inerentes, após a troca de qualquer peça/equipamento;

c) As peças/equipamentos adquiridos terão como garantia a indicada pelo fabricante, sendo que os serviços de instalação terão garantia de 03 meses, contados do dia da instalação, mediante comprovação de ordem de serviço ou documento similar;

d) Se constatado qualquer defeito/imperfeição das peças/equipamentos durante o período de garantia, a empresa deverá realizar as verificações necessárias, devendo constar na ordem(ns) de serviço ou documento(s) similar(es) as constatações, ficando sob responsabilidade do CRM-PR entrar em contato com o fornecedor da peça/equipamento para as devidas providências, devendo a empresa realizar nova instalação, caso seja necessário;

e) As peças e equipamentos substituídos que sejam de propriedade do CRM-PR deverão ser entregues ao gestor e fiscal do contrato.

7.7 Disponibilizar mão de obra exclusiva mantendo sempre a mesma equipe especializada para execução dos serviços previamente agendados em dias úteis em horário comercial conforme o expediente do local (ver cláusula segunda).

7.8 Prestação de atendimento emergencial em até 08 horas sem limites, mantendo contato para chamados emergenciais, quando houver necessidade de manutenção corretiva urgente.

7.9 Incluso fornecimento de fluido refrigerante (gás) conforme necessidade de cada equipamento.

7.10 Utilizar fluidos ambientalmente corretos na substituição de compressores ou intervenções em linhas frigoríferas sempre que ocorrer a necessidade.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

- 7.11 Manter o controle da quantidade de fluido R22 (nas máquinas que ainda usam este fluido) ou R410A ou outro em utilização existente nas instalações, fornecendo documento de quantidade e destinação final quando for o caso.
- 7.12 Seguir a NBR 15.960 – Procedimentos de recolhimento, reciclagem e regeneração de fluidos refrigerantes (gases).
- 7.13 Incluso serviços de solda e limpeza de tubulação frigorígena, balanceamento frigorífico.
- 7.14 Análise de qualidade do ar semestral conforme Resolução 176 e Resolução 09 ANVISA (O número de pontos de análise será determinada conforme as Resoluções);
- 7.15 Acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.
- 7.16 Realizar levantamento técnico dos equipamentos instalados no local de prestação do serviço no início das atividades.
- 7.17 Realizar visita inicial de avaliação das condições de acesso dos equipamentos para a prestação dos serviços, com acompanhamento do técnico de segurança, se necessário.
- 7.18 Realizar o planejamento de execução, definir cronograma de trabalho, executar as rotinas de manutenção de acordo com as necessidades dos equipamentos.
- 7.19 Atendimento da legislação aplicável e manutenção da documentação vigente (Licença Sanitária, Parecer Técnico Ambiental, Cadastro no IBAMA).
- 7.20 Emitir e fornecer **ART** (Anotação de Responsabilidade Técnica) com as taxas devidamente recolhidas junto ao CREA, conforme artigo 32º da Resolução 1.025/2009 do CONFEA.
- 7.21 Elaborar e fornecer **PMOC** (Plano de Manutenção, Operação e Controle) em atendimento a Portaria 3.523/98 do Ministério da Saúde.
- 7.22 Providenciar e disponibilizar toda documentação necessária dos colaboradores envolvidos na prestação dos serviços (**ASO, PCMSO, PPRA, NR 10 e NR 33 e NR 35 para trabalhadores que realizam as limpezas de dutos**).
- 7.23 Fornecer relatórios dos equipamentos com as devidas medições e observações de cada serviço realizado, por meio de Ordem de Serviço/ Relatório Mecânico ou eletrônico se assim a empresa usar este sistema.
- 7.24 Apontar problemas crônicos ou recorrentes nos sistemas instalados e contratados.
- 7.25 Realizar pesquisas de satisfação periódicas para avaliar o nível de prestação do serviço.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO CONTRATUAL

8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do bem, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

8.2. A Gestora do Contrato será a Administradora do CRM-PR, Sra. **Clarice Petriw Cheraconski**.

8.3. Fiscais Técnicos serão os funcionários do Setor de Manutenção, Sr. **Sérgio Luiz Golombe** e Sr. **Rafael Iachulsi Ferreira Pontes**.

8.4. Fiscal Substituto será o funcionário Sr. **Rodrigo Raffaelli Yagnycz**.

8.5. Funcionários das Representações, listados a seguir, atuarão como Fiscais Administrativos, ficando estes, responsáveis em realizar os agendamentos de manutenção preventiva e/ou corretiva, devendo receber e assinar as ordens de serviço para posterior envio ao Departamento Administrativo do CRM-PR:

CASCADEL - PR	<u>Funcionária</u> : Maria Célia Pereira Batista.
FOZ DO IGUAÇU - PR	<u>Funcionária</u> : Oliva Aparecida Prohmann de Lima.
GUARAPUAVA - PR	<u>Funcionária</u> : Arlete Maria Justino
LONDRINA - PR	<u>Funcionários</u> : Jéssica Cláudia da Silva Chaves e Pedro Vieira Bordin.
MARINGÁ - PR	<u>Funcionários</u> : Adriana Alves Calderani e João Vitor Ramos da Silva.
PATO BRANCO - PR	<u>Funcionária</u> : Terezinha Maria Sbaraini Zamodzki.
PONTA GROSSA - PR	<u>Funcionária</u> : Carliane Vargas Pereira.
UMUARAMA -PR	<u>Funcionária</u> : Denise Mesquita Rocha França

8.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993

9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

10.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Victório Viezzer, 84, Vista Alegre, CEP 80810-340, Curitiba-PR

Fone: (41) 3240-4000 | Fax: (41) 3240-4001 | protocolo@crmpr.org.br | www.crmpr.org.br

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. É eleito o Foro da Comarca da Justiça Federal de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Responsável legal do CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: